

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH

CURSO DE GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

BRUNA KAROLINE COSTA SOUZA

O CONCEITO DE EMANCIPAÇÃO FEMININA EM SIMONE DE BEAUVOIR:

uma análise do contexto atual no Brasil

São Luís

2017

BRUNA KAROLINE COSTA SOUZA

O CONCEITO DE EMANCIPAÇÃO FEMININA EM SIMONE DE BEAUVOIR:

uma análise do contexto atual no Brasil

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em
Filosofia da Universidade Federal do Maranhão,
para obtenção do grau em Licenciatura em Filosofia.

Orientadora: Profa. Dra. Rita de Cássia Oliveira

São Luís

2017

Souza, Bruna Karoline Costa.

O CONCEITO DE EMANCIPAÇÃO FEMININA EM SIMONE DE
BEAUVOIR : uma análise do contexto atual no Brasil / Bruna
Karoline Costa Souza. - 2017.

42 p.

Orientador(a): Rita de Cássia Oliveira.
Monografia (Graduação) - Curso de Filosofia,
Universidade Federal do Maranhão, UFMA, 2017.

1. Beauvoir. 2. Emancipação. 3. Mulher. 4. Sujeito.
I. Oliveira, Rita de Cássia. II. Título.

BRUNA KAROLINE COSTA SOUZA

**O CONCEITO DE EMANCIPAÇÃO FEMININA EM SIMONE DE BEAUVOIR:
uma análise do contexto atual no Brasil**

Monografia apresentada ao curso de
Licenciatura em Filosofia da Universidade
Federal do Maranhão, para obtenção do grau
em Licenciatura em Filosofia.

Aprovada: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Rita de Cássia Oliveira - UFMA

(Orientadora)

Prof. Dr. Luis Hernan Uribe Miranda - UFMA

Examinador

Prof. Esp. Thais Machado Moraes Correia - UFMA

Examinadora

*Dedico este trabalho a minha mãe, Solange,
por todo amor e carinho.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente ao criador, pela vida e oportunidades dadas nesta existência. À minha família, minha mãe, madrinha, padrinho, tias e tio, por todos esses anos de amor e incentivo, aos meus irmãos Bruno, Beatriz e Nayara pelas companhias e ouvidos. Aos meus amigos, família Coutinho, especialmente, Danielle, pelos anos de graduação, ainda que em universidades diferentes e ajuda na revisão deste trabalho e vó Dica (*in memoriam*) pela companhia e almoço antes das aulas. À Bárbara, Letícia e Lucas que me ajudaram com informações, revisões e esclarecimentos pertinentes à elaboração deste trabalho. À Mário, por todo o cuidado, paciência e auxílio neste momento. À minha orientadora, professora Rita, que aceitou está comigo nessa empreitada. Aos professores do curso de filosofia pelos anos de estudos e trabalhos magníficos e funcionários da coordenação por todos os esclarecimentos e ajudas prestadas. E a todos que direta ou indiretamente tornaram essa realização possível.

RESUMO

Neste trabalho buscou-se evidenciar a situação da mulher que busca emancipar-se, na tentativa de obter os mesmos direitos e respeito que os homens. Apresentou-se o conceito de emancipação feminina postulado na obra *O Segundo Sexo*, considerada um tratado do movimento feminista, da filósofa existencialista Simone de Beauvoir, que leva em consideração o conceito de consciência de si e a ocupação dos espaços ditos antes masculinos na sociedade, neste processo, afirmando-se como sujeito. Fez-se uma análise das fases da vida da mulher observando as situações que a coloca numa condição de inferioridade em relação ao homem e suas alterações. E também, exposição de dados que apresentem as variações ocorridas na vida da mulher brasileira nos segmentos educacional, trabalhista, político e da violência nesse começo de século. Tudo isso, na expectativa de esclarecer as mudanças que ocorreram, desde que a mulher se impôs como sujeito e a necessidade de continuarem ocorrendo, pois por mais que muito tenha sido conquistado, os fatos mostram que a discriminação por sexo ainda é grande.

Palavras-chave: Beauvoir. Mulher. Emancipação. Sujeito.

ABSTRACT

This work intended to highlight the situation of the woman who seeks to emancipate herself, in an attempt to obtain the same rights and respect as men. The concept of feminine emancipation postulated in the book *The Second Sex*, considered a treatise of the feminist movement, by the existentialist philosopher Simone de Beauvoir, takes into account the concept of self-consciousness and the occupation of the previously masculine spaces in society, in this process, asserting herself as subject. An analysis of the life of the woman was made, observing the situations that put her in a relation to the man and his alterations. And also an exposition of data that show the variations occurred in the life of the Brazilian woman in the educational, labor, political and violence segments at the beginning of the century. All of that, in the hope of clarifying the changes that have taken place, since the woman has imposed herself as subject and the need for those changes to keep occurring, however much has been achieved, for the facts show that discrimination by gender is still huge.

Keywords: Beauvoir. Woman. Emancipation. Subject.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. SIMONE DE BEAUVOIR E O CONCEITO DE EMANCIPAÇÃO FEMININA	12
3. AS FASES DA VIDA DA MULHER E A CONSTRUÇÃO DA CONDIÇÃO FEMININA	17
3.1 A infância	17
3.2 A juventude	19
3.3 A idade adulta.....	23
3.4 A velhice.....	25
4. A MULHER NO BRASIL DO SÉCULO XXI	28
4.1 Dados da educação	28
4.2 Dados do trabalho.....	29
4.3 Dados da política	30
4.4 Dados da violência.....	32
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39

1. INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem como objetivo buscar apresentar o conceito de emancipação feminina fazendo uma breve análise da situação da mulher no Brasil neste início de século. Ele surgiu da necessidade de aumentar os estudos acerca da condição da mulher na sociedade e neste caso mais específico, também da utilização de filósofas nos estudos acadêmicos dentro do curso de graduação em filosofia, tendo em vista, que as pensadoras são pouco estudadas e citadas e faz-se necessário romper com mais este estigma da situação da mulher como submissa ou inferior. Tendo como tema o conceito de emancipação feminina e análise das mudanças ocorridas em alguns campos sociais onde a mulher está se inserido, utiliza-se a obra *O Segundo Sexo*, publicada pela primeira vez em 1949, como principal referência, obra da filósofa existencialista, que também é considerada precursora do movimento feminista, Simone de Beauvoir.

Hesitei muito tempo em escrever um livro sobre a mulher. O tema é irritante, principalmente para as mulheres. E não é novo. A querela do feminismo deu muito que falar: agora está mais ou menos encerrada. Não toquemos mais nisso... No entanto, ainda se fala dela. E não parece que as volumosas tolices que foram ditas neste último século tenham realmente esclarecido a questão. Ademais, haverá realmente um problema? Em que consiste? (BEAUVOIR, 1980, p. 07)

A proposta de discussão de um problema, seja qual for a disciplina, se dá no momento mesmo de sua consideração como temática importante ou necessária. Tão evidente deverá ser sua importância quanto anormal seria justificar um debate cuja temática é considerada irritante, indigna, não menos que uma querela. Colocar em questão o valor do problema é mais do que uma posição irônica. Ela deixa antever desde sua vindicação aquilo que vem expresso no que se tornou uma das sentenças mais conhecidas de Simone de Beauvoir, na qual é expresso o problema da construção do gênero feminino¹.

Andrea Nye (1995) coloca que o existencialismo de Simone de Beauvoir tratou do assunto da condição da mulher de uma forma original, diferente de outros aspectos desse estudo que tinha se visto até então, pois, já eram ponderadas algumas questões sobre a “emancipação feminina”².

¹ Onde é dito que não se nasce mulher, mas torna-se ao longo da existência.

² Segundo Nye, lutas por alguns direitos das mulheres foram feitas no século XIX pelo socialismo e capitalismo, porém não conseguiram responder questões cruciais para a emancipação feminina.

O existencialismo que vem observar a relação sujeito x objeto, eu x outro, situação x consciência, existência x essência, coloca principalmente a discussão na base de uma consciência, de uma subjetividade.

O ser humano é um ser no mundo e na sua relação com o mundo, desse modo, o homem vai se fazendo no mundo. Segundo Nye (1995, p. 102) sobre a subjetividade existencialista de Sartre,

O homem se toma o que ele escolhe ser, e o que ele escolhe não decorre automaticamente da hereditariedade, do meio, de traços da personalidade preestabelecidos nem da estrutura social. O que ele vem a ser depende de suas decisões livremente tomadas no sentido de agir e pensar de certa maneira. Essas decisões constituem sua substância, uma substância jamais absolutamente fixa mas sempre transformável numa nova decisão.

Beauvoir (1980) anuncia, deste modo, que a mulher se constitui em sua relação com as situações³, com o outro, mas principalmente com aquilo que ela projeta ser, projeta no sentido que vai se fazendo.

Deste modo a posição da mulher é ambígua, pois ainda que ela seja objeto ela também é sujeito, e sabe disso. Enquanto se coloca de forma passiva, fazendo parte da humanidade também vai ser ativa. Deste modo é obvio que além das amarras situacionais, a mulher deve se desprender das amarras que a cultura lhe impôs se utilizando principalmente do artifício da má-fé que Sartre tanto denunciou⁴.

Beauvoir (1980), e a própria realidade da mulher no mundo, nos mostram que ao longo da história a ela tem sido posta como inferior, a que deve ser guiada pelo ser superior, ou seja, o homem, pois a mesma tem sido definida com características consideradas secundárias, especialmente como passiva. Veremos que estas características secundárias que a mulher ocupa são apenas resultados das situações e deste modo, tendo a mulher também uma subjetividade e expressando por meios de ações, as situações têm se alterado e as perspectivas acerca dela também.

Desde o século passado com a obra *O Segundo Sexo* de Simone de Beauvoir, além da segunda guerra mundial, esse contexto tem mudado. A mulher passou a discutir mais sua situação e a ir de encontro com o discurso que a mantinha como inferior. A necessidade de

³ As situações aqui expressas são os aglomerados de condições tanto materiais como psicológicas, num determinado período da história e grupo que definem uma “personalidade”, um “destino”, conceito apresentado por Sartre na obra *O Existencialismo é um humanismo*, p. 31.

⁴ Má-fé, neste caso, é definida como mentir para si, como forma de aliviar ou mascarar algo que geralmente desagrada ou camuflar um erro que o faz sentir bem, conceito apresentado por Sartre na obra *O Ser e o Nada*, p. 92 - 115

sua mão de obra nas fábricas, ou seja, uma inserção mais efetiva no mercado de trabalho trouxe, também, esse novo olhar. A mulher começou a questionar, e descobrir-se como ser que tem possibilidades foi essencial. Ela começou a questionar sobre o porquê de ser submissa e viver na dependência dos homens, sejam pais, maridos, chefes de estado, sobre o porquê de não ter direitos perante a lei, de não ter espaço no mercado de trabalho e mais, de não ter posse de si mesma, de não ter a voz ouvida, não ter algo, algo que a possibilitasse ser o sujeito na sua história.

No seu estudo sobre a condição da mulher Beauvoir (1980) apontou essa construção existencialista do sexo feminino, que até então, ao longo dos séculos tinha se mantido passivo e assim não possuindo nenhuma história, nenhuma construção que o tornava essencial. A mulher era apresentada sempre como o Outro, a passiva, a contingente, vista como cheia de defeitos, mas vale lembrar que “nenhum de seus traços manifesta uma essência ou uma vontade original: refletem uma situação” (BEAUVOIR, 1980, p. 381). Tudo que até então tinha sido dito sobre a mulher eram definições acertadas pelas situações as quais ela foi acorrentada.

Este trabalho buscou apontar como se dá a construção da mulher como inferior, sem possibilidades de escolhas e logo, sem liberdade, e o que de fato caracteriza sua emancipação no seio da sociedade na qual cresceu a margem, sempre como o Outro, como aquele que é objeto para o homem, logo definido por ele. Primeiramente buscou-se evidenciar a partir da obra *O Segundo Sexo* as ideias de Simone de Beauvoir para o caminhar rumo a emancipação das mulheres. Depois quais são e como são fases da construção da condição feminina como inferiores aos homens e sem liberdade ao longo de sua vida. Por fim, apontar o que tem ocorrido no Brasil atual quanto à situação das mulheres em alguns parâmetros de abordagem social.

O trabalho encontra-se dividido em três partes:

No primeiro capítulo apresenta-se a definição da filósofa Simone de Beauvoir acerca da emancipação feminina, mostrando em suas ideias que o caminho seria árduo e longo, como já temos visto desde que o movimento feminista surgiu.

No segundo capítulo estudou-se as fases da vida da mulher, ou seja, da infância a velhice e como foi abordado seu papel na sociedade por aqueles que estavam a sua volta, apresentando como se deu a construção de sua condição dentro das situações as quais era exposta, tendo como resultado a posição de um ser sem possibilidades de escolhas, sempre sendo escolhido, guiado pela figura do homem.

No terceiro capítulo faz-se uma análise de dados no Brasil do século XXI, levando-se em consideração as mudanças e permanências da situação da mulher nos campos educacional, trabalhista, político e da violência de forma a evidenciar os discursos que a coloca como de menor valor dentro de uma sociedade e as propostas de mudança desse quadro. E, por fim, têm-se as Considerações Finais e as Referências.

Diante do que foi exposto, esse trabalho tem importância no que tange a discussão da condição feminina dentro dos âmbitos social e filosófico, apresentando a utilização de filósofas no ambiente acadêmico, nas leituras e como referências nos trabalhos e a continuação de estudos voltados para a manutenção de transformações sociais no que se refere a situação da mulher, neste caso no Brasil. É mais uma tentativa de somar com as mulheres que desde longas datas têm tentado mudar, minimamente que seja, a perspectiva das possibilidades para as mulheres, dentro e fora da academia.

2. SIMONE DE BEAUVOIR E O CONCEITO DE EMANCIPAÇÃO FEMININA

O ponto crucial para a emancipação feminina parte do entendimento, segundo Beauvoir (1980, p. 380) de que, no fundo, “todo existente, por mais perdidamente que se renegue, permanece sujeito”. Isto é, ainda que a mulher esteja numa situação de inferioridade, imposta e ao mesmo tempo consentida, consentida dentro de um limitador de suas possibilidades perante os homens, ela continua construindo sua essência ao longo de sua existência. Deste modo, é antes de tudo na consciência de si como transcendência, como projeto no mundo, como possibilidades que a mulher iniciará seu movimento de emancipação.

Nye (1995, p. 105) afirma que Sartre define em sua obra que

cada ser humano é um sujeito em busca de transcendência e não há outra justificação para a existência a não ser esse movimento em direção a um futuro vazio. O pior mal é cair na condição de objeto ou infligir esse destino a outrem.

É isso exatamente o que ocorre a mulher, ela que, enquanto humanidade é transcendência. Na luta entre as transcendências homem x mulher, segundo Nye (1995), no perigo de tornar-se objeto para o outro, que é o receio de qualquer sujeito, o homem a foi paralisando e domando através da sua subjetividade, tornando-a nisso mesmo que a prejudica. O homem realizou-se em sua transcendência nos primordiais da humanidade pelo uso da força na dominação da natureza e colocou, o sexo dito mais fraco, no caso, a mulher como objeto e assim, ao longo da história, as situações e o uso da má-fé, reiteraram-na nesta condição.

Então, segundo Beauvoir (1980), diante dessas situações que submeteram a mulher ao homem e, tendo aos poucos com o desenvolvimento social, ela identificado sua condição e não mais a aceitando, precisa rebelar-se, revoltando-se contra a situação em que se encontra, pois a revolta

é o único caminho aberto aos que não têm possibilidade de construir o que quer que seja; cumpre-lhes recusar o limite de sua situação e procurar abrir para si os caminhos do futuro; a resignação não passa de uma demissão e de uma fuga; não há, para a mulher, outra saída senão a de trabalhar pela sua libertação. (BEAUVOIR, 1980, p. 393)

Beauvoir (1980, p. 471) é categórica ao afirmar que,

o que falta essencialmente à mulher de hoje, para fazer grandes coisas, é o esquecimento de si: para se esquecer é preciso primeiramente que o indivíduo esteja

solidamente certo, desde logo, de que se encontrou. Recém-chegada ao mundo dos homens, e mal sustentada por eles, a mulher ainda está ocupada em como se achar.

Logo, mesmo que reconheça sua condição e a esteja denunciando perante a sociedade, ela precisa, agora, começar agir, porque só agindo, ela se colocará, de fato, como sujeito perante o mundo. A mulher tem que compreender, segundo Beauvoir (1980) que tudo que foi colocado sobre ela e que a definiu como inferior foi definido pela intervenção do outro, não cumpre uma natureza, um destino preestabelecido, são resultados de ocorrências que se tivessem sido postas de outras formas teriam outras consequências. Desde modo, ela tem que se libertar da situação de submissão, antes de tudo, por suas escolhas, sendo transcendência, criando possibilidades e a partir disso lutar pelos espaços que lhe foram negados dentro dos contextos sociais, que antes só eram preenchidos por homens.

Segundo Nye (1995, p. 118),

A mulher independente de Beauvoir quer ser ativa e sabedora, recusando a passividade que os homens lhe impõem. A mulher independente aceita os valores masculinos: ela se põe a pensar, atua e cria do mesmo modo que os homens. Ela não denigre os feitos masculinos que são "muito superiores aos das mulheres".

São superiores porque até aqui somente eles agiram no mundo. Agora, a mulher também agirá e agirá porque escolhe assim e não porque o outro impõe, colocando-se como igual.

Depois de tomar essa consciência de si, a mulher passa a ação e assim, Beauvoir (1980, p. 449) afirma que ela tenta pela via econômica se libertar: “foi pelo trabalho que a mulher cobriu em grande parte a distância que a separava do homem; só o trabalho pode assegurar-lhe uma liberdade concreta”. Porém, defende que apesar da mulher, enfim, alcançar um lugar no mercado de trabalho, que foi primordial, isso não é o suficiente para torná-la livre.

Beauvoir (1980, p. 494) previu que as mudanças na situação econômica, ou seja, na entrada no mercado de trabalho jamais seriam suficientes para a libertação feminina.

Por certo não se deve crer que basta modificar-lhe a situação econômica para que a mulher se transforme: esse fator foi e permanece primordial de sua evolução; mas enquanto não tiver acarretado as consequências morais, sociais, culturais etc. que anuncia e exige, a nova mulher não poderá surgir.

É preciso entender que a situação do trabalho está ligada a outro fator, a saber, o desejo, a experiência sexual, e esse, faz parte da natureza humana e nisso se apresenta uma querela fundamental da libertação da mulher, pois como afirma Nye (1995, p. 110),

A experiência sexual é confrontacional não só porque há outra subjetividade envolvida, mas porque o que está em questão é a própria parte de si mesmo que é uma coisa. [...] Sartre apontava a sexualidade como questão filosófica central. Se o sexo não é um instinto primitivo a ser aplacado, também não é simples reflexo de relações econômicas. Pelo contrário, a sexualidade vem antes dos órgãos sexuais e da economia como o modo mais imediato de sobreviver ao conflito entre o eu e os outros.

Deste modo, a sexualidade se mostra como uma necessidade anterior às situações e assim, a mulher, que pelas situações foi posta como objeto sexual, ao tentar se libertar pelo trabalho entra em mais um conflito. Ela pondera, a princípio, em manter sua feminilidade que está diretamente ligada, num contexto situacional, a sua sexualidade, dando-se ao homem, sendo objeto e satisfazendo esse desejo sexual que também é seu, ou mudar os rumos e buscar satisfazer-se em sua profissão, apontando-se como sujeito em sua história.

Ela e o próprio meio ao qual faz parte cria uma ideia de que ao buscar uma profissão a mulher deixa de buscar sua feminilidade, e nesta situação da sexualidade, a feminilidade está como um atrativo, um meio de agradar ao homem e adquirir seu amor, sua atenção. Como a mulher como um ser que também é sexualidade lidará com este conflito? Beauvoir (1980) expõe, que ainda que seja difícil ela deve se empenhar em seus empreendimentos profissionais, pois no contexto social da filósofa já era sabido, que, isso não diminuiria a feminilidade necessária para a satisfação de seus desejos.

Diante dessa ideia da manutenção da feminilidade para satisfação dos desejos físicos, e observando-se que isso prende as mulheres em suas teias de subserviência, tanto pela intenção de agradar como pela ideia de ser presa do homem, faz-se preciso mudar as consciências, pois mudando as consciências mudam-se as situações.

O fato é que os homens começam a conformar-se com a nova condição da mulher; esta, não se sentindo condenada *a priori*, acha-se a vontade: hoje a mulher que trabalha não negligencia por isso sua feminilidade e não perde sua atração sexual. (BEAUVOIR, 1980, p. 455)

E mais,

Uma mulher que desprende suas energias, que tem responsabilidade, que conhece a dureza da luta contra as resistências do mundo, tem necessidade – como o homem – não somente de satisfazer seus desejos físicos como ainda de conhecer o

relaxamento, a diversão, que oferecem as aventuras sexuais felizes. (BEAUVOIR, 1980, p. 456)

É quase uma questão de recompensa, que o homem já recebia e agora a mulher, que também está no mercado de trabalho deve receber.

Nye (1995, p. 113) aponta que Beauvoir sustentava como fator de emancipação na experiência sexual que a

distância existencialista insuperável entre amantes — não se trata de que a mulher se sinta o homem ou o homem se sinta mulher — mas os dois já não mais são hostis. O homem vê seu prazer como proveniente da mulher, e é, portanto, dependente; a mulher entrega-se como uma dádiva e é, portanto, ativa e mantém sua dignidade. Ambos aceitam sua situação, mas ultrapassam-na.

É na troca da satisfação de seus desejos que homem e mulher, conseguem juntos a autêntica experiência sexual e nisso também se encerra a libertação da mulher de uma condição de inferioridade. Ambos saem ganhando em tal relação, pois se afirmam enquanto sujeito.

Dando continuidade as ideias de emancipação feminina, segundo Beauvoir, é preciso atentar ao fato que em toda sua obra, ela faz uma discussão sobre a relação de encarceramento da mulher em relação à maternidade e o casamento. Na maternidade, quando à mulher é vetado o controle de natalidade ou quanto com filhos ela não tem da sociedade apoio, não tendo direito à licença maternidade e condições sociais para cuidar do filho e continuar trabalhando, vendo-se obrigada a viver em função deles, ou extremamente atarefada. E no contrato do casamento, se não for uma relação de igualdade, na satisfação dos prazeres e liberdade nas buscas profissionais e pessoais e o homem se colocar como proprietário e dominador da mulher.

Diante disso, Nye (1995, p. 118) expõe que, “o conselho de Beauvoir para as mulheres foi sempre o mesmo. As mulheres devem trabalhar e, para serem bem-sucedidas, recusar o casamento e, evidentemente, os filhos”. Afirmação que não pode ser vista como correta de todo, de fato, que no contexto ao qual Beauvoir⁵ se encontrava tomar uma posição mais radical por parte da mulher que se revoltava fazia-se necessário, porém, diferente do que Nye (1980) afirma, Beauvoir jamais poderia em seu discurso, encerrar as mulheres que já se encontravam casadas e com filhos, pois a emancipação feminina deve ser uma luta de uma

⁵ Explicando de forma geral e simplista, Simone de Beauvoir na defesa da emancipação feminina e sendo uma mulher atípica em relação a passividade, viveu como companheira de Sartre por vida toda, eram companheiros, nunca se casaram, nunca tiveram filhos e possuíam um relacionamento aberto onde ambos tinham outros amantes.

que integre todas, pois, “essa libertação só pode ser coletiva” (BEAUVOIR, 1980, p. 393). Além da liberdade de escolha daquelas que quisessem satisfação profissional e casamento e filhos.

Posto isso, é diante de uma consciência de si, na afirmação de sua subjetividade, primeiramente e depois se lançando para o mundo como ação nos espaços ditos antes masculinos que a mulher poderá se emancipar. Pois “não é certo que seus “mundos de ideias” sejam diferentes do mundo dos homens, posto que será assimilando-os que se libertará” (BEAUVOIR, 1980, p. 483).

Não há na emancipação feminina um rompimento com os homens, isto é impossível, mas uma afirmação de si como ser humano, logo, mesmo nas diferenças, igualdade de direitos devem ser buscadas: “libertar a mulher é recusar encerrá-la nas relações que mantém com o homem, mas não as negar; ainda que ela se ponha para si, não deixará de existir *também* para ele” (BEAUVOIR, 1980, p. 500).

Beauvoir, como uma mulher, que teve todas as possibilidades diante de si para se afirmar, defendeu até o fim, que toda mulher tem o direito a tais possibilidades também, ainda que não quisesse, jamais deveria lhe ser negada o direito de escolha perante o mundo, pois só escolhendo o ser humano se faz livre.

3. AS FASES DA VIDA DA MULHER E A CONSTRUÇÃO DA CONDIÇÃO FEMININA

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade: é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro. Enquanto existe para si, a criança não pode apreender-se como sexualmente diferenciada. (BEAUVOIR, 1980, p. 09)

A máxima da filosofia de Simone de Beauvoir acerca da condição feminina vem para atestar que a afirmação da mulher como inferior não está em nenhum contexto eterno, fixo ou imutável. O que se verifica é que ao longo de uma construção social, ao longo dos contratos firmados entre homens e mulheres, as nascidas do sexo feminino têm sido alegadas pelas situações como inferiores. A filósofa faz em sua obra um apanhado dessas situações apontando que as mulheres não tiveram espaço real para responder, argumentar e contradizer as objetivações que foram feitas acerca de sua condição e com isso ficaram presas a um mito do destino de casta inferior, algo, que como já se sabe, tem mudado, de forma mais acentuada do século passado para cá.

Apresentar-se-á a seguir, de forma geral, as fases da vida da mulher, segundo Beauvoir e estudos mais atualizados, onde a partir das situações ela assumirá e terá reafirmada a condição de desvantagem perante os homens, ainda que dentro de um contexto de mudanças.

3.1 A infância

Segundo Beauvoir (1980), as situações que foram se apresentando as mulheres impeliram-nas desde a infância a assumirem uma posição de prejuízo em relação aos homens. Nessa fase, as meninas são apresentadas a uma realidade diferente dos meninos. É depois da desmama que de fato os tratamentos diferenciados se apresentam, afirma a filósofa. Ao menino é colocada uma independência dos adultos que o fará “macho”, será afirmado para

a criança de que é por causa da superioridade dos meninos que exigem mais dela; para encorajá-la no caminho difícil que é o seu, insuflam-lhe o orgulho da virilidade; essa noção abstrata reveste para ele um aspecto concreto: encarna-se no pênis; não é espontaneamente que sente orgulho de seu pequeno sexo indolente; sente-o através da atitude dos que o cercam. (BEAUVOIR, 1980, p. 13)

Beauvoir (1980) afirma que mulheres e homens darão ao órgão sexual masculino um reconhecimento de valor, ainda na infância, que a princípio não se apresentará como superioridade diante daquela que não o possui, será mais como uma reparação pelo sofrimento imposto aos meninos depois da desmana. Porém, chegará um momento que esse tratamento terá como consequência a declaração de que aqueles que possuem pênis são soberanos em sua espécie. A princípio, a menina também não verá essa valorização e a ausência do pênis em si como algo bom ou ruim, mas um conjunto de situações aos poucos vai mostrar que o fato de ser diferente dos meninos faz-lhe ser, também, inferior a eles e esse sentimento aos poucos, assim, como o sentimento de superioridade nos homens, será inculcado nas mulheres.

Aos poucos, expõe Beauvoir (1980), ao menino é dado poder, primeiramente colocado nele pela valorização do seu órgão genital. Depois, há um incentivo em suas empreitadas, brincadeiras e jogos que o permitem sentir-se um dominador, um conquistador dos espaços, da natureza e de suas relações. Enquanto que as meninas serão incorporadas ao mundo feminino, ensinadas a serem mulheres, aprenderão a limpar, cozinhar, cuidar da casa, a serem delicadas, passivas, contidas, arrumadas e perfumadas, preparando-as para um “futuro feliz”.

Finco e Viana (2009), afirmam que desde muito cedo as crianças são estimuladas a desenvolverem habilidades e capacidades distintas entre meninos e meninas, vejamos bem, desenvolverem, elas não nascem com essas habilidades definidas. Todos esses fatores vão se relacionando de forma a corroborar com os sentimentos de superioridade do menino e inferioridade da menina. Beauvoir coloca que,

Assim, a passividade que caracterizará essencialmente a mulher “feminina” é um traço que se desenvolve nela nos primeiros anos. Mas é um erro pretender que se trata de um dado biológico: na verdade, é um destino que lhe é imposto por seus educadores e pela sociedade. A imensa possibilidade do menino está em sua maneira de existir para outrem encorajando-o a pôr-se para si. Ele faz o aprendizado de sua existência como livre movimento para o mundo. (BEAUVOIR, 1980, p. 21)

A menina vai sendo educada para ser passiva, ficando à ela a fragilidade, a faceirice, a espera, o capricho, enquanto ao menino fica a coragem, a força, a rigidez, o descuido, a escolha. A menina vai se tornando um objeto, que deve agradar, pois só agradando encontrará um bom destino.

Viana e Finco (2009, *online*) afirmam que,

homens e mulheres adultos educam crianças definindo em seus corpos diferenças de gênero. As características físicas e os comportamentos esperados para meninos e meninas são reforçados, às vezes inconscientemente, nos pequenos gestos e práticas do dia-a-dia na educação infantil (Finco, 2003). Por exemplo, a forma como a família ou a professora conversa com a menina, elogiando sua meiguice ou como justifica a atividade sem capricho do menino. O fato de pedir para uma menina a tarefa de ajudar na limpeza e ao menino para carregar algo já demonstra como as expectativas são diferenciadas. O que é valorizado para a menina não é, muitas vezes, apreciado para o menino, e vice-versa.

Seja em casa, na escola, no parquinho ou qualquer outro ambiente é afirmado e defendido um comportamento diferente para o menino e para a menina. Um estereótipo diferente, que vai da cor da roupa, do corte ou penteado do cabelo, dos brinquedos fabricados, desenhos e filmes produzidos etc., diferenças que parecem inofensivas, mas que reproduzem comportamentos de segregação, vinculadas as ideias de superioridade e inferioridade entre meninos e meninas.

Beauvoir (1980) reforça outra característica que reitera a ideia de inferioridade nas meninas, a relação percebida em casa de poder entre o pai e a mãe, onde, ainda que a princípio, na infância, as crianças pensem ser a mãe aquela que domina o espaço familiar, será percebido ao longo do seu crescimento que não é a mãe, mas o pai que detém o poder de dominação.⁶

E de fato, o que se percebe é que “tudo contribui para confirmar essa hierarquia aos olhos da menina. Sua cultura histórica, literária, as canções, as lendas com que a embalam são uma exaltação do homem” (BEAUVOIR, 1980, p. 30).

Todas as atitudes foram fundamentais para desde essa fase da vida colocar a menina no lugar de menina, de objeto, logo passiva.

Mesmo que a consciência social esteja mudando e alguns comportamentos estejam deixando de ser vinculados a apenas um ou outro sexo, ainda é muito forte nessa fase da vida essa demarcação, onde, para a menina acabam sendo vetadas muitas possibilidades no mundo, simplesmente por terem nascido fêmeas. Ela apreende que,

A esfera a que pertence é por todos os lados cercada, limitada, dominada pelo universo masculino: por mais alto que se eleve, por mais longe que se aventure, haverá sempre um teto acima de sua cabeça, muros que lhe barrarão o caminho. (BEAUVOIR, 1980, p. 39)

Ao longo do desenvolvimento essa diferenciação tentará e poderá ser confirmada.

⁶ As novas estruturas familiares, de certa forma, minimizam esse quadro de associação de poder.

3.2 A juventude

Beauvoir (1980, p. 98) coloca que, na juventude, a moça percebe que uma “é condição penosa saber-se passiva e dependente na idade da esperança e da ambição, na idade em que se exalta a vontade de viver e de conseguir um lugar na terra”. Certamente essa era a condição que vigorava, enquanto que atualmente são dadas às jovens mais oportunidades.

É na juventude que ocorrem mudanças cruciais na vida de uma mulher com referência ao seu corpo⁷ e, assim, muitas indagações, temores, conflitos farão parte de sua rotina. A adolescência⁸, segundo Trindade, Martins e Almeida (2003, p. 555) é “um período no qual o indivíduo vive uma situação marginal, na qual novos ajustamentos devem ser feitos entre o comportamento de criança e o comportamento de adulto”.

Beauvoir (1980) afirma que, enquanto a jovem vai se preparando para a fase adulta seu corpo se torna mais frágil, sensível, parecendo-lhe um fardo e nisso ela abre mão de fazer-se presente em atividades que ainda na infância lhe serviam, mesmo diante de várias privações, como forma de afirmar-se como transcendência no mundo, e assim mais uma diferenciação entre o homem e a mulher vai sendo instaurada, pois,

Um pode pôr o mundo em discussão sem cessar, pode a cada instante insurgir-se contra o que lhe foi dado e tem, portanto, a impressão, quando o aceita, de o confirmar ativamente; a outra não faz senão suportá-lo: o mundo define-se sem ela e tem um aspecto imutável. (BEAUVOIR, 1980, p. 69)

O jovem pode se afirmar através do seu corpo, enquanto a jovem isso é negado. Beauvoir (1980) diz que nessa fase, a distância que se abre entre o homem e a mulher tornar-se cada vez maior; enquanto para o homem há uma comunhão entre sua condição humana e seus propósitos viris, para a mulher sua feminilidade e a condição humana se apresentam em total desacordo. Tornando deste modo a adolescência um momento tão importante na formação da consciência social sobre a mulher.

Beauvoir (1980) expunha, no século passado, que nesta fase da vida a mulher perderia terreno no campo intelectual, pois não seria incentivada por sua família aos estudos, acumularia as tarefas dos afazeres da casa, das atividades impostas na formação de sua feminilidade e o seu desejo por uma profissão, que ficaria renegado ao segundo plano.

⁷ No caso das meninas as mudanças visuais são a chegada da menstruação, o desenvolvimento das mamas, cintura afina, quadril aumenta, surgem os pelos, o crescimento acelera e a voz afina, basicamente, segundo Paixão (2016).

⁸ “Cronologicamente, a adolescência é o tempo que se estende, aproximadamente, dos 12 ou 13 anos até os 20/21/22 anos, com grandes variações individuais e culturais” (MARTINS, TRINDADE E OLIVEIRA, 2003, p. 555).

Enquanto o jovem poderia ser livre de coerção na busca de realização profissional que é afirmação de sua virilidade. Hoje em dia o quadro se alterou, ainda que a responsabilidade dos afazeres da casa fique principalmente com as mulheres, as famílias têm incentivado de forma “idêntica” ambos a estudarem, reforçando o comportamento de busca por um futuro melhor, que está ligado principalmente a um futuro profissional, ainda que o peso de conquistar um casamento seja mantido sobre as mulheres.

Há nessa fase também, segundo Beauvoir (1980), a vocação para apropriar-se do mundo, onde o brilho da vida, a vontade, a esperança, fazem parte de si, impelindo-lhe às ações e ao mesmo tempo, para a mulher, há o confronto entre essa vocação, que é aceita para o homem e o desejo de manter sua feminilidade e tudo que está implicada nela. A jovem quer conquistar o mundo e também manter as características de uma feminilidade. Hoje em dia, ela tem mais êxitos nesse propósito.

É ainda na juventude, segundo a filósofa, que nas moças, geralmente são apresentadas tendências lésbicas, vividas nas relações de amizade, que se configuram como uma adoração de si mesmas, de sua feminilidade (narcisismo), mas que são apenas etapas e serão ultrapassadas, em sua maioria, se claro, não vier a configurar um quesito de orientação sexual, tópico que não será abordado neste estudo. “É que há conflito entre o narcisismo da jovem e as experiências a que a sexualidade a destina. A mulher só se aceita como inessencial com a condição de se reencontrar como essencial em sua abdicação” (BEAUVOIR, 1980, p. 89). Percebe-se neste ponto uma defesa da descoberta de sua sexualidade, onde a jovem quer satisfazer-se, mesmo sabendo-se presa.

Nessa fase, Beauvoir (1980, p. 92) coloca que a jovem pode apresentar também tendências sadomasoquistas “que são, ao mesmo tempo, uma antecipação da experiência sexual e uma revolta contra ela”, afinal, ela acredita que ao entregar-se ao homem, aceitará de certa forma sua superioridade, e também há um sentimento de nojo que ela tenta superar. Há ainda a possibilidade de apresentar tendências cleptomaníacas, acreditando, que a apropriação indevida de objetos afirma de certa forma, sua autonomia, sua característica de sujeito, na tentativa de negar o destino que lhe espera. Fases essas, que em sua maioria, passarão, na aceitação inevitável da mulher de seu destino ou pelo simples fato de passar da adolescência. Vale ressaltar, que o lesbianismo aqui dito, o sadomasoquismo e o cleptomanismo se apresentam como formas de preencher algo na jovem, que são causados, geralmente, pelo sentimento de inferioridade que lhe foi infligido. Le Breton (2010, p. 26) afirma o sadomasoquismo na adolescente,

A mulher internaliza sua consternação, traduzida mais facilmente em fragilidade, indo ao encontro dos critérios de sedução que são impostos a ela. Mas direcionando seu sofrimento (aquele que existe em sua vida) contra a sua própria pele, a mulher rejeita também o modelo de sedução que a sufoca e que faz de sua aparência o principal critério de avaliação sobre quem ela é, enquanto homem é julgado sobretudo pelos seus feitos. Ela diz exatamente que está sempre à flor da pele. E que às vezes não aguenta mais, riscando-a com gestos raivosos, buscando se livrar de uma identidade feminina que cola em sua pele mas que ela não mais suporta.

Para Beauvoir (1980), no erotismo, outro conflito na juventude se apresenta, enquanto para o homem a relação sexual é afirmação de si, para a mulher se apresentará pelo sentimento conflitante entre o amor de si, ser a realização de seus prazeres, afirmação de si e a perspectiva futura real de tornar-se presa diante do homem.

É preciso não esquecer que o adolescente e a adolescente sentem o corpo de maneira diferente: o primeiro o assume tranquilamente e reivindicar-lhe orgulhosamente os desejos; para a segunda, a despeito de seu narcisismo, esse corpo é um fardo estranho e inquietante. (BEAUVOIR, 1980, p. 124)

No século passado a fase sexual, de acordo com o que foi exposto por Beauvoir (1980), iniciava-se principalmente para as mulheres na fase adulta, dentro do contexto matrimonial e com o objetivo de formar uma família, ou seja, ter filhos. Porém nas últimas décadas houve uma antecipação desse momento e assim, a iniciação sexual acontece na juventude tanto para os homens como para as mulheres. Segundo Taquette e Vilhena (2008, p. 106),

Fatores biológicos, psíquicos, sociais, entre outros, interferem na sexualidade. A baixa idade da menarca/semenarca pode favorecer a antecipação do primeiro coito, já que os hormônios pubertários intensificam o desejo sexual. Em relação ao desenvolvimento psíquico, a adolescência é uma fase de definição da identidade sexual, em que há experimentação e variabilidade de parceiros.

Ainda assim, é preciso atentar para o fato de que a iniciação sexual tornou-se precoce, mas os fatores que englobam essas relações, quase na totalidade, se mantêm os mesmos. Para o homem a iniciação sexual se faz como uma prova de sua virilidade, um rito de passagem, que o torna “macho”, pois ele toma uma mulher para si, não necessitando de uma relação afetiva para ocorrer, apenas de um corpo feminino, enquanto que para a mulher a iniciação sexual se faz através, majoritariamente, de uma relação afetiva, onde a maioria das jovens subordina a relação sexual à “promessa” do casamento (TAQUETTE E VILHENA 2008).

Logo, as diferenciações na vivência sexual do homem e da mulher, mesmo com maior liberdade incontestável para elas, ainda se apresentam.

Ocorreram mudanças na relação que a jovem fazia e faz do seu corpo e da busca pela satisfação de seus prazeres, porém, ainda persiste o pensamento cultural de preservação da virgindade da mulher até o casamento, como um valorativo feminino, e uma submissão de seus desejos e vontades perante os desejos e vontades dos homens, posto por desígnios sociais.

De fato, na juventude “uma mulher já passou por penosas provações: puberdade, regras, despertar da sexualidade, primeiras inquietações, primeiras febres, medos, nojos, experiências equivocadas” (BEAUVOIR, 1980, p. 1995) e agora, também a iniciação sexual e foi-lhe inculcido por uma moral social que quanto mais impassível, amorosa, bonita, senão, bem alinhada, com bons modos, prendada e de preferência virgem até o casamento, mais reconhecimento terá ao entrar na idade adulta, isso no século passado e também atualmente, com algumas mudanças, dentre elas o estímulo de possuir, agora, uma qualificação e desejos profissionais no intuito de agregar financeiramente quando constituir sua família e, de certa forma, maior liberdade sobre seu corpo.

3.3 A idade adulta

Na fase adulta, ocorreram mudanças muito importantes para as mulheres do século passado para cá, foi no quesito profissional que elas buscaram se forçar nas últimas décadas. É nesta fase da vida que a mulher irá firmar-se na carreira escolhida, porém as diferenciações entre ela e o homem continuarão, em muitos quesitos, a se apresentar. Em geral, ainda que a mulher tenha a mesma qualificação que o homem, seu salário será menor e como ela será vista dentro do ambiente de trabalho, também será de forma inferiorizada, duvidarão de sua capacidade por ser mulher.⁹

Diante dessa nova busca da mulher na idade adulta, ela terá como um dos principais dilemas a conciliação entre suas ambições profissionais e o desejo/responsabilidade de constituir e cuidar de uma família. Pois, mesmo diante de toda discussão, para a sociedade e boa parte das mulheres, serão no casamento e na maternidade que ela será de fato feliz.

Dentro do casamento, ainda que haja a emancipação feminina pelo trabalho, as diferenças entre o homem e a mulher continuam sendo acentuadas. A começar pela ideia de que para que uma mulher seja bem-sucedida e feliz, deve ter um marido, enquanto ao homem

⁹ Confirmaremos tais afirmações no próximo capítulo.

é dito “natural” realizar-se profissionalmente primeiro e depois pensar no casamento. Ainda, o homem é apresentado como sendo o responsável pelas despesas do lar, algo que sempre lhe afirmou como independente, enquanto que à mulher, mesmo que também trabalhe fora, há as responsabilidades com a casa, o marido e os filhos. Ele, trabalhando, é o chefe da família, ela trabalhando, “ajuda” nas despesas. Nessa relação há uma ideia de propriedade, onde o homem é o proprietário e a mulher e os filhos são suas propriedades.

Também é nessa fase que se apresenta uma das situações mais importantes para a condição feminina, vista pela biologia como seu dom “natural”, a maternidade. Desde sua infância, segundo Beauvoir (1980), a ideia da maternidade vem como uma recompensa por todos os esforços da mulher em negar-se, tornando-se objeto, passiva.

Não negamos a beleza de uma maternidade bem quista, dentro de uma situação de desejo por um filho e satisfação em criá-lo. Mas, na perspectiva dessa discussão, um filho se apresenta a mulher, muito mais que ao homem como uma prisão ou limitador. É principalmente a mulher, muito mais que o homem, que sente em sua vida o terror de uma maternidade indesejada e quando não possuindo a possibilidade de um aborto aceito por lei, que é a maioria dos casos, é a sua vida que põe em risco. Segundo Beauvoir (1980), no ato de abortar, como a mulher tomou a ação, ela é a responsável pelo fim da gravidez, o homem, se coloca pelo uso da má-fé, como a parte do problema. Assim, ela é a julgada, muito mais que ao homem caso aborte, engravide fora do casamento ou abandone um filho, vista como uma perturbadora da moral e dos bons costumes.

Para a mulher, segundo Beauvoir (1980, p. 262), que cumpre em levar sua gravidez até o fim,

é principalmente um drama que se desenrola entre si e para si; ela sente-o a um tempo como um enriquecimento e uma mutilação; o feto é uma parte de seu corpo e um parasito que o explora; ela o possui e é por ele possuída; ele resume todo o futuro e, carregando-o, ela sente-se ampla como o mundo.

Essa relação tem caráter de transcendência e imanência ao mesmo tempo. Na gravidez a mulher se faz sujeito e também é objeto.

O parto se mostrará para cada mulher de maneira diferente, assim, como a relação de primeiro contato com seu filho. Algumas sentirão a estranheza daquela que era em si e agora é outro, e a maravilha de ter dado “vida” a esse ser. Algumas criarão laços no primeiro instante, outras acolherão aos poucos essa nova existência. Com isso, Beauvoir (1980) apresenta argumentos para negar uma ideia de “instinto materno”, posta, como foi dito acima

como um dom “natural” da existência fêmea da espécie humana. Os conjuntos de situações definirão a atitude da mãe perante o filho, isso nada tem a ver com um dado fixo.

Durante o crescimento dos filhos as diferenciações entre homens e mulheres também serão postas à vista, a mulher cuidará dessas crianças, dando-lhes instruções e cuidado; em sua esmagadora maioria, o homem, manterá economicamente o lar e chefiará como deus, distante, mas consciente, pela voz da mulher, os acontecimentos domésticos.

Nessa fase ele se reafirma como superior, quando consegue mesmo com menos qualificação ganhar mais que uma mulher, quando no casamento a mulher é colocada, ainda, como propriedade e sua independência financeira é vista como “ajuda” nas despesas, quando, mesmo trabalhando, ela deve se dividir em várias, para dá conta de sua vida profissional e o cuidado da casa e dos filhos, sendo deste modo, ainda encarcerada na condição de inferior.

3.4 A velhice

Primeiramente, faz necessário afirmar que ocorre nos dias de hoje uma transformação social em relação a esta fase, onde,

A conquista da longevidade associada à queda da natalidade é um fenômeno real, provocando mudanças na agenda dos programas de governo, diante do reconhecimento da inviabilidade de qualquer projeto em que seja desconsiderado o delineamento do novo perfil etário da população mundial. (BELO, 2013, *online*)

Desta forma, é fato que a população idosa tem aumentado em proporção ao número de nascimentos, fazendo com que as sociedades tenham uma nova configuração.

Partindo de forma mais precisa para a mulher nesta fase, Belo (2013, *online*) coloca que em qualquer população envelhecida as mulheres são majorias e sendo do gênero feminino, elas “vivem as desvantagens acumuladas ao longo de uma vida de discriminação e desigualdades estruturais”. Por ganharem durante a vida toda salários menores que dos homens, suas aposentadorias também serão menores, por viverem em geral mais que os homens, cuidarão do marido e dos filhos e em muitos casos são a maior taxa de idosos que vivem sozinhos e por preconceito social, sendo mulheres, têm maiores dificuldades de recomeçar uma vida conjugal (BELO, 2013).

Além do dito acima, Beauvoir (1980) defendia, que neste momento a mulher deixaria de lado algo que passou as outras fases moldando e mantendo, sua feminilidade. Pois é na velhice que não poderá mais vivenciar a “justificação de sua existência e suas possibilidades de felicidade” (BEAUVOIR, 1980, p. 343), fato que se inicia ainda na

menopausa, ou seja, no cessar de sua fecundidade, que está ligada, situacionalmente, diretamente a ideia de feminilidade nas mulheres. Dessa forma, as mulheres sentiriam de forma brutal o período da menopausa.

Hoje, há uma busca por manter o maior tempo possível características ligadas a feminilidade, especialmente, conceitos de beleza e jovialidade, através de produtos e serviços de beleza, além das cirurgias estéticas, algo que corrobora, em parte com o que é afirmado por Beauvoir.

Segundo Beauvoir (1980), o homem, não terá os mesmos temores da mulher, ele sabe de sua finitude, da degradação de seu corpo e sua força, mas compreende que durante toda sua vida pôde realizar seus projetos, vivenciando suas escolhas, teve a liberdade de fazer aquilo que queria, assim, envelhece de forma muito mais tranquila que a mulher. Essa sabe, que não é o corpo que mais a atormenta e sim a consciência que foi feita de si como objeto. A ela foram vetadas as possibilidades de realizar-se nas fases mais propícias e agora o tempo é curto, a mulher se assusta com essa “revelação”, ela se olha e percebe que o tempo passou.

Beauvoir (1980) afirma que a velhice se mostra para a mulher como a fase das redescobertas, pois neste momento ela deixa de ser objeto erótico¹⁰, recebe um pouco de autonomia e na maioria dos casos, não sabe lidar com isso. Na velhice, que é o momento da vida de uma mulher que ela tem certo nível de independência é também a fase que “falta-lhe o entusiasmo, a confiança, a esperança, a cólera que lhe permitiriam descobrir novos objetivos ao redor de si” (BEAUVOIR, 1980, p. 361), características que tinha na infância e juventude, mas que foram, de certa forma, tolhidas.

Logo, será nesta fase, quando os filhos já tiverem crescidos e não mais a mulher tiver que ser somente sacrifícios, e quando seu corpo já não for mais um objeto erótico, uma máquina de reprodução que

Infelizmente, na história da mulher repete-se o fato que constatamos durante toda a história da mulher: ela descobre essa liberdade no momento em que ela não tem mais o que fazer dela. Essa repetição nada tem de acaso: a sociedade patriarcal deu a todas as funções femininas a figura de uma servidão; a mulher só escapa da escravidão no momento em que perde toda eficiência. (BEAUVOIR, 1980, p. 351)

E agora sem forças para tomar seu destino nas mãos, ela não mais construirá, se projetará, terminará seus dias na mais extrema passividade, justificada por aquilo que as

¹⁰ Vale ressaltar que deixa de ser objeto erótico, mas não deixa de possuir desejo sexual, vários estudos rompem com o mito da falta de atividade/desejo sexual na velhice.

situações fizeram dela. A elas as possibilidades são negadas e dessa forma as mulheres foram se construindo ao longo dos séculos, da história.

E assim se firma, pelas situações colocadas às mulheres, que “em nenhuma idade de sua vida ela consegue ser ao mesmo tempo eficiente e independente” (BEAUVOIR, 1980, p. 362), pois repete seus dramas na sombra dos homens. Durante toda a vida serão tiradas as possibilidades de empreendimentos, de criar seus objetivos, ou se os criarem, ainda serão pautados como secundários, pois a primazia é do sexo masculino.

A mudança comportamental nas criações, de formas de incentivos para um ou outro sexo é o principal caminho, socialmente, para desde a infância a velhice estimular na mulher a consciência de igualdade perante os homens.

4. A MULHER NO BRASIL DO SÉCULO XXI

Nos dados apresentados a seguir, faz-se um panorama simples, sucinto, mas pontual dentro dos campos da educação, do trabalho, da política e da violência no que se refere a situação da mulher no Brasil neste início de século, observando períodos variados dentro de cada perspectiva.

4.1 Dados da Educação

Fazendo um breve apanhando de alguns dados do IBGE, podemos observar como a situação das mulheres no Brasil tem se apresentado no campo da educação do ano de 2004 ao ano de 2014. A princípio, destaca-se que o número de mulheres no país é superior ao de homens.

Em 2014, a razão de sexo foi de 93,9 para o Brasil, sendo que a composição da população por sexo foi de 51,6% de mulheres e 48,4% de homens. Percebe-se que em todas as Regiões Metropolitanas, em 2014, a razão de sexo foi inferior a 100,0, ou seja, apresentavam maior concentração de mulheres que homens. (SÍNTESE..., 2015, *online*)

Porém sabe-se que,

Em todos os países do mundo nascem mais homens do que mulheres, geralmente em uma proporção de 105 nascimentos de meninos para cada 100 meninas, a chamada razão de sexo ao nascer. Como a mortalidade dos homens é maior para cada idade, a proporção de homens tende a diminuir com o aumento da idade. Por esse motivo, uma população que possui uma maior idade média tende a possuir uma menor razão de sexo. (SÍNTESE..., 2015, *online*)

Com este primeiro dado geral sobre o percentual de homens e mulheres na população, parte-se para as mudanças no que se referem às mulheres na educação. Foi observado que a taxa de jovens que concluíram o ensino médio aumentou e que desses “a taxa de conclusão do ensino médio era de 54,9% em 2014 para os homens, enquanto que para as mulheres essa taxa atingiu 66,9%, 12,0 pontos percentuais acima da dos homens” (SÍNTESE..., 2015, *online*). As mulheres são aquelas que mais concluem o ensino médio e também são elas que mais buscam um ensino superior. Os dados da pesquisa mostram que na década pesquisada a mulher sempre esteve mais presente nas universidades. Em 2004 elas representavam 36,4% enquanto que os homens não passavam de 30% e no ano de 2014 elas

passavam de 70% enquanto que eles não chegavam a 54%. Percebe-se assim, que ainda que historicamente os livros e a erudição tenham sido negados às mulheres, no Brasil, aos poucos elas têm mudado esse quadro, buscando qualificar-se, adentrando nos espaços educacionais que antes eram predominantemente masculinos, passando a ocupá-los da mesma forma ou até mais que eles.

4.2 Dados do Trabalho

No Brasil, os dados do mercado de trabalho também têm apresentado certas mudanças, constatou-se que,

o crescimento da inserção feminina no mercado de trabalho também é evidenciado pela variação da população ocupada - PO que avançou 21,9%, enquanto o aumento da população masculina efetivamente no mercado de trabalho foi de 16,3%. (SÍNTESE..., 2015, *online*)

Mas também elas continuam sendo as principais responsáveis pelos trabalhos domésticos.

Em 2014, 90,7% das mulheres ocupadas realizavam afazeres domésticos e de cuidados. Um quadro que pouco se alterou nos últimos anos considerando que, em 2004, este percentual era 91,3%, o que mostra que a maior participação das mulheres no mercado de trabalho não implica numa substituição de trabalho e sim no acúmulo. (SÍNTESE..., 2015, *online*)

Neste ponto podemos afirmar que as mulheres continuam sendo a classe explorada no âmbito do lar, as tarefas domésticas, como lavar, passar, limpar, cozinhar e os cuidados com os filhos são, ainda que as despesas da casa sejam divididas, das mulheres.

Observou-se na pesquisa que a taxa de mulheres desempregadas é grande e que nesse aspecto as mulheres só perdem para os jovens, sendo que as mulheres jovens são aquelas com maiores dificuldades para adentrarem no mercado de trabalho. Esse dado, segundo a pesquisa, é preocupante não só no Brasil, mas em todo o mundo. Mesmo diante dessa taxa alarmante de desemprego, algo muito importante tem acontecido para as mulheres como um todo, pois,

apesar do maior, desemprego feminino, observa-se uma melhora na qualidade do emprego delas, visto que no período de 2004-2014 houve um aumento de 60,0% no número de mulheres ocupadas em trabalhos formais, sendo que na população masculina essa variação foi de 43,6%. Em contrapartida, houve uma redução de 7,6% no contingente de ocupados em trabalhos informais, o que reforça este aspecto positivo na década de geração de empregos de maior qualidade para uma população

mais escolarizada. E esse crescimento da formalidade, de certa forma, tem repercutido no indicador de evolução do rendimento real, considerando que foram as mulheres que apresentaram os maiores ganhos na última década. (SÍNTESE..., 2015, *online*)

Os dados nos mostram que a situação das mulheres no país tem mudado em alguns segmentos, elas são as que mais se qualificam, logo, tem avançado no mercado de trabalho e sabe-se que sua referência nos lares, como aquelas que mantêm financeiramente a casa, também está em destaque.

Porém, em nosso país, apesar dessas mudanças, em muitas outras perspectivas as situações se mantêm como eram em décadas passadas, por exemplo, ainda que as mulheres tenham obtido expressividade na inserção no mercado de trabalho, seus salários continuam sendo inferiores aos dos homens, em 2014 foi constatado que as mulheres ocupadas recebem em média 74% do rendimento médio dos homens. Em relação aos cargos de direção as mulheres ainda são, mesmo que qualificadas, discriminadas, dados do Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RASEM) de 2014, segundo Andrade (2016), apontam que apenas 36% dos cargos de direção em diferentes ramos são ocupados por mulheres. E que em um estudo feito pela empresa de auditoria e consultoria Grant Thornton em 2015, das 150 empresas pesquisadas “no país, nenhuma possuía mulheres na presidência ou vice-presidência, e apenas 5% das executivas eram diretoras” (ANDRADE, 2016, p. 36), colando o Brasil na terceira posição entre os países que menos incentivam as mulheres aos cargos de chefia nas empresas.

Andrade (2016) apresenta dois motivos como principais barreiras para que as mulheres não alcancem melhores padrões no mercado de trabalho, primeiro é a relação delas como suporte da família, cuidado com os idosos da família, maridos, companheiros e filhos, mas o principal seria o segundo motivo, que é a discriminação por gênero, ou seja, o fato de não alcançarem, não serem incentivadas por êxitos trabalhistas simplesmente por serem mulheres.

Tais dados nos levam a perceber que as portas do poder que a independência econômica traz ao indivíduo são bem protegidas, no intuito de manter o homem como dominador do campo econômico, afirmando assim a necessidade da mulher continuar na luta por esse espaço, afinal, ela já tem conseguido se afirmar como capaz e competente em pé de igualdade.

4.3 Dados da Política

No campo político, a mulher também ainda tem sido mantida segregada, mesmo que na última década tenha sido eleita a primeira presidenta da história no Brasil, em 2010. O número de mulheres na câmara não chega a ter real expressividade, embora as mulheres sejam a maioria dos eleitores, representando 51,4% da população votante, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Isso nos leva a perceber que a discriminação política em relação ao sexo feminino é grande. Porém, há uma alteração, pequena, mas significativa em alguns dados.

Dados do TSE de 2016 apontam que 31,60% dos candidatos às eleições de 2016 para cargos de vereador (a) e prefeito (a) eram de mulheres, ou seja, 3 em cada 10 candidatos, enquanto que em 2008 não passavam de 22% para os cargos, ou seja, menos de 2 em cada 10. Ainda, enquanto em 2006 duas mulheres se candidataram à presidência do país em 2014 três mulheres concorreram ao cargo.

Nos partidos os números também se modificaram, enquanto que na eleição de 2008, entre 15.258 coligações inscritas, 12.266 tinham menos de 30% de mulheres e que 1.099 não tinham nenhuma candidata a vereadora, em 2016 das 25.741 coligações, 2.751 tinham menos de 30% de mulheres, e todas as coligações possuíam candidatas para o cargo de vereadora. Observou assim, que houve um aumento no número de mulheres eleitas em 60% das capitais brasileiras, se bem que nas 5.570 apenas 52 mulheres foram eleitas prefeitas, na última eleição.

Porém, mesmo com essa melhor expressividade, observa-se que as mulheres ocupam apenas 10% e 14% das cadeiras da câmara dos deputados e Senado, respectivamente. Isso se deve, também, a falta de incentivo político recebido pelas mulheres para concorrer aos cargos, pesquisa do Datafolha do ano de 2016 apontou que os candidatos homens recebem 30% a mais de verba do que as mulheres. Inclusive, afirma que,

o principal motivo alegado pelas próprias mulheres para não se candidatarem é a falta de apoio dos partidos políticos (com 41% das respostas). A falta de interesse por política aparece em segundo lugar (23%), e a dificuldade de concorrer com homens em terceiro (19%). A falta de apoio da família e as tarefas domésticas são pouco citadas, ficando apenas com 6 e 5% das respostas respectivamente. (MONTEIRO; LINHARES, 2016, *online*)

Mostrando que o incentivo político, mais que qualquer motivo, leva as mulheres a essa falta de participação política. Podemos especular que essa falta de incentivo se deva principalmente pela discriminação de gênero, fator que já se mostrou muito importante nas questões de desigualdade de gênero no campo trabalhista também.

Pelos motivos dessa falta de representatividade feminina na política foi criada a Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009, que altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que sanciona em seu Art. 10, “§ 3º Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo.” Dessa forma, buscando trazer uma igualdade de representação de sexo ao meio político. Especula-se aqui também, que, mais que uma igualdade de sexos é uma tentativa de trazer, de fato, a mulher à atividade política nacional, pois, é explícito que, ainda que tal lei esteja em vigor, às coligações, em sua maioria, preenchem minimamente a proporção citada, estando nesse percentual mínimo às candidatas do sexo feminino, crê-se mais, por uma questão de obedecer à lei do que por questões de mudança de pensamento em relação a problemática exposta.

Deste modo, percebemos que o campo político ainda se mostra muito aquém de uma igualdade de gênero, mesmo que a distância, que separava homens e mulheres nas disputas, tenha diminuído. Esse número ainda é muito pequeno, enaltecendo que o olhar social sobre as mulheres neste campo pouco mudou. Enfatizando a importância de aumentar a abrangência representativa e leis que incentivem, nesse campo, a participação das mulheres.

4.4 Dados da Violência

Embora atualmente o discurso em vigor seja por respeito e igualdade de gênero, alguns dados têm deixado bem claro como a mulher é subjugada socialmente, e os dados da violência são os que mais assustam. Observou-se que no Brasil o número de agressões contra as mulheres é alarmante, as pesquisas apontam que 70% das mulheres já sofreram algum tipo de violência simplesmente por serem mulheres, ou seja, sofreram uma violência de gênero, levando em consideração violência psicológica, social, simbólica, sexual, patrimonial e física, segundo o ensaio *Meu corpo não é seu: desvendando a violência contra a mulher* (2014).

Os dados do Ministério da Saúde de 2013 mostram que as mulheres são as maiores vítimas de violência sexual e doméstica, somando 72% dos casos. E os dados são ainda mais enfáticos ao afirmar que o principal agressor é o parceiro ou o ex-parceiro. O Balanço 2015 do Ligue 180 - Central de Atendimento à Mulher (SPM, 2016) apresentou que a relação afetiva se faz presente em 72% dos casos denunciados. Também apontou que as agressões acontecem de forma diária ou semanal em 74% dos casos, ou seja, a repetição da violência tem se mantido, não há uma mudança no quadro e a mulher padece física e psicologicamente nessa relação.

Outro dado marcante aponta que, por hora, cinco mulheres são estupradas no país, no entanto só 10% dos casos são denunciados (MENA, 2016). A mulher, que é posta como objeto sexual, sofre violência sexual de forma banal todos os dias, uma informação bastante pertinente acerca desse dado é que a vítima ainda é vista como culpada da agressão por causa suas atitudes, como a roupa que veste ou o fato de andar sozinha em determinados locais e horários. Pesquisa do Datafolha de 2016 aponta que 41% dos homens e 32 % das mulheres concordam com a frase “mulheres que se dão respeito não são estupradas”, 30% dos brasileiros, ou seja, homens e mulheres, segundo a pesquisa, culpam de alguma forma a mulher pela agressão sexual sofrida, sinalizando desta forma como o gênero feminino é posto pela sociedade como objeto sexual, propriedade do homem, dentro de uma sociedade predominantemente caracterizada pelo machismo e patriarcalismo.

Outros dados apontam igualmente que há uma naturalização do assédio sexual pela sociedade, um discurso que justifica o assédio no ideário de objetivação da mulher que foi inculcada culturalmente na sociedade, que é reafirmada pela culpabilização das vítimas, com uma má preparação do setor público, as delegacias e hospitais principalmente, para lidar com as denúncias e acolher as vítimas, bem como, com a ineficácia na aplicação das leis, resultando numa pena que não protege efetivamente as mulheres ou impunidade dos agressores.

Os casos de assassinatos de mulheres no Brasil pelas razões de seres mulheres, logo, “objeto, propriedade” do homem se tornou tão desproporcional e absurdo, que esse tipo de crime criou uma nova instância e desse modo, deu-se:

A entrada em vigor da Lei nº 13.104/2015, que alterou o art. 121 do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940), para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Assim, o assassinato de uma mulher cometido por razões da condição de sexo feminino, isto é, quando o crime envolve: “violência doméstica e familiar e/ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher. (FEMINICÍDIO, [2016?])

Tentando assim punir os casos, tratando tal crime como hediondo¹¹ e dando penas que variam de 12 a 30 anos reclusão¹² e que antes eram irrisórias, isso quando aconteciam, segundo o artigo, e dar a real importância a este tipo de crime que se configurou por muito

¹¹ Crimes de grau elevado, onde o acusado ou os acusados são considerados de alta periculosidade, que tenham sido consumados ou tentados, segundo Lei nº 8.930, de 06 de setembro de 1994, publicada no site do Planalto.

¹² Ressaltamos que em alguns casos de feminicídio há um teor agravante, podendo à pena do acusado aumentar de um terço até a metade, são eles: se a mulher estiver grávida ou durante os três meses após o parto; praticado contra menores de 14 ou maiores de 60 anos; e, na presença de descendentes ou ascendentes da vítima, segundo a Lei nº 13.104/2015, publicada no site do Planalto.

tempo de forma livre e aceitável pela sociedade, deixando impune assassinos. Essa mudança visa denunciar e reverter esse quadro.

A Lei do Feminicídio vem de certa forma, lidar com casos que, geralmente, já passaram por outra lei, porém não houve um tratamento efetivo das ocorrências, no caso, proteção das vítimas e punição dos agressores, a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha¹³, criada no intuito de coibir a violência doméstica e familiar contra toda mulher, ou seja, livre de discriminação por classe, credo, orientação sexual, renda, raça, cultura, escolaridade, idade e etnia, protegendo-a de qualquer tipo de violência, à saber, morte ou danos psicológico, moral, físico, patrimonial ou sexual.

Apresentaremos apenas os pontos necessários sobre a lei no que concerne a discussão desse estudo. Essa lei visa, segundo o que prever, na generalidade, proteger o direito à vida e a liberdade de todas as mulheres, porém, há um desacordo no poder jurídico e executivo que muitas vezes, obviamente, julgam de forma interpretativa cada caso, dando margem para muitos erros e não fazem a manutenção correta deles, deixando as vítimas desprotegidas e o agressor livre para repetir suas ações, o que em muitas ocorrências leva ao feminicídio. Existe ainda, o problema do jurídico para abarcar o título “violência doméstica e familiar contra toda mulher”, focando nas violências de caráter afetivo-sexual, ou seja, namorados, maridos e amantes, esquecendo as relações de gênero entre pai e filha, irmãos, primos e etc., que fazem jus ao conceito de “doméstica e familiar”.

Mesmo diante dessa contrariedade, não há como negar a importância dessas leis para a visibilidade e assim combate real do problema, pois elas dão voz as vítimas, pelo poder da denúncia e assistência aos casos e punição efetiva aos agressores. Libertando-as de um medo que as paralisa, tanto pela ideia de que nada acontecerá aos seus algozes mesmo que sejam delatados, como por acreditar numa reprovação social, ou porque sofre, há uma ideia de que a vítima aceita e “gosta”, ou porque denuncia, onde ela seria ingrata diante daquele que a amou, protegeu e “aparentemente” sustentou algo bastante dúbio, mas que ainda acontece em nossa sociedade. As leis vêm para mudar este quadro.

¹³ Maria da Penha é uma mulher, brasileira, que sofreu inúmeras agressões do marido, juntamente com suas filhas, agressões essas que culminaram em duas tentativas de assassinato, a primeira, com um tiro de espingarda que a deixou tetraplégica, e ao voltar para casa houve a segunda, uma tentativa de assassinato por eletrocussão durante o banho. Nesse tempo ficou comprovada a primeira tentativa de assassinato a qual o agressor tinha dado outra versão e Maria da Penha pode sair de casa com seus direitos assegurados (a casa e a guarda das filhas), a partir daí, ela buscou justiça para o seu caso, porém a justiça brasileira não deu a real importância ao caso e Maria da Penha partiu para buscar ajuda no exterior, em 2001 a Comissão Interamericana de Direitos Humanos acusou formalmente o Brasil por negligenciar os casos de violência contra as mulheres, em 2002, o agressor de Maria da Penha foi condenado, e a partir desse caso o país buscou rever sua omissão nos casos de violência de gênero, culminando na Lei Maria da Penha, segundo o site *Compromisso e Atitude* do Ministério Público de Santa Catarina (2012).

E dando mais força ainda a essa busca efetiva de assistência às mulheres que passam por diferentes quadros de violência, numa luta por sua emancipação, foi inaugurada em 2015 a primeira Casa da Mulher Brasileira, que,

é uma inovação no atendimento humanizado às mulheres. Integra no mesmo espaço serviços especializados para os mais diversos tipos de violência contra as mulheres: acolhimento e triagem; apoio psicossocial; delegacia; Juizado; Ministério Público, Defensoria Pública; promoção de autonomia econômica; cuidado das crianças – brinquedoteca; alojamento de passagem e central de transportes.

A Casa, um dos eixos do programa Mulher, Viver sem Violência, coordenado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, facilita o acesso aos serviços especializados para garantir condições de enfrentamento da violência, o empoderamento da mulher e sua autonomia econômica. É um passo definitivo do Estado para o reconhecimento do direito de as mulheres viverem sem violência. (CASA..., 2015, *online*)

Enfim, todos os dados apontam que ainda existe olhar opressor e subjugador da sociedade brasileira sobre as mulheres, porém, observa-se uma melhoria em relação ao passado, pela criação de leis e delegacias que protegem a mulher contra qualquer tipo de violência e haja, atualmente, uma busca incessante de conscientização social por parte daqueles que defendem a igualdade de gênero, buscando deste a infância ensinar meninos e meninas que são diferentes, porém detentores das mesmas igualdades e responsabilidades sociais. Assim, os números de denúncias e campanhas para mudar esse quadro têm se tornado cada vez mais frequentes, ainda assim os fatos chocam, tendo em vista os números que se apresentam em pleno século XXI.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de emancipação feminina, elaborado pela filósofa Simone de Beauvoir no século passado, dentro de uma perspectiva existencialista, traz a mulher enquanto sujeito que se lança ao mundo de possibilidades em sua existência e assim, vai definindo sua essência. Deste modo, a mulher, antes de qualquer ação, deve se conscientizar que é transcendência e assim, possui as mesmas possibilidades que o homem no mundo. Sendo deste modo que

As mulheres de hoje estão destronando o mito da feminilidade; começam a afirmar concretamente sua independência; mas não é sem dificuldade que conseguem viver integralmente sua condição de ser humano. (BEAUVOIR, 1980. p. 1980)

As mudanças, segundo Beauvoir (1980), tinham que ocorrer de vários pontos e como se observa no contexto atual do Brasil, algumas mudanças têm acontecido.

Beauvoir (1980) postulou a importância da educação para a libertação das mulheres e hoje em dia se nota que elas são maioria nas escolas, na busca por qualificação e entrada nas universidades. Recebem incentivos, ainda com alguns entraves, e reconhecimento, muito diferente de antes.

No ambiente trabalhista também se notam algumas mudanças, e a própria Beauvoir (1980) colocou a importância dessa independência econômica como primordial para a emancipação feminina. Agora a mulher já adentra em espaços trabalhistas que antes lhe eram barrados, alcança cargos de chefia por ter mais estudos e mesmo, a sua condição de trabalho tem melhorado. Porém a mácula da dupla jornada de trabalho, fora e dentro de casa, se mantém bastante fiel a antes, e de certa forma, também a diferenciação por sexo em relação aos salários dentro de muitas empresas.

Dentro do ambiente político também há mudanças e dificuldades, agora no Brasil exista uma lei que “apoia as mulheres” politicamente e faça com que sua presença, que antes era mínima ou inexistente, seja mais significativa nos cargos políticos, mas ainda são poucas representantes, mesmo que as mulheres sejam a maioria do eleitorado.

Os dados relacionados a violência contra a mulher assustam bastante, violências de vários tipos, porém foi nesse quesito que a mulher, que antes era vista como propriedade do homem, logo, tendo que aguentar calada qualquer ação cometida contra si por parte dele, ganhou mais visibilidade. Conquistou leis para sua proteção, como a Lei Maria da Penha, e a Lei do Femicídio, bem como delegacias, rede de denúncias especializadas nos seus casos (a Delegacia da Mulher e o Disque 180) e uma casa de assistência com várias especialidades e

espaços, no intuito de acolher ao máximo possível mulheres que sofram diferentes tipos de violência.

De fato, muito se tem alcançado, mas a ideia do homem como superior a mulher, na atualidade, impera, a emancipação feminina ainda é um processo, com muitas portas abertas, logo, com um longo caminho a ser percorrido. Ainda existem muitos espaços para serem conquistados, muitas construções para serem feitas, muitos debates a serem promovidos, muitas consciências a serem modificadas, muitas ações a serem realizadas. As mulheres ainda são tímidas, ainda contam com muitos obstáculos, entre eles a querela que defende a ideia de um destino fixo traçado para todas as fêmeas da espécie humana e principalmente nisso, se encerra a ideia de inferioridade da fêmea, fazendo do uso da má-fé tanto por homens como por mulheres um meio para manter cada gênero em seu “lugar”. Simone de Beauvoir já havia previsto que o caminho seria árduo, entrevistada em 1976, ao perguntarem acerca da luta de emancipação feminina ela respondeu “talvez daqui a quatro gerações.

Faz necessário continuar a indagar a situação da mulher em nossa sociedade e o que é feito na luta contra qualquer subjugo da mesma, rever o que já se tem produzido e o que ainda falta aprimorar é fundamental. Devemos nos questionar: “de que modo é possível tornar mais eficaz o combate contra violência da mulher? ”; “como tornar a representativa feminina real dentro do âmbito político?”; “quais ações devem ser tomadas para tornar igualitárias as relações trabalhistas para homens e mulheres?; “é possível romper com uma educação pautada nos preconceitos de gênero dentro de nossa sociedade?”. Responder tais questões é um passo importante rumo a igualdade de direitos, logo, emancipação feminina.

Homens e mulheres precisam entender que mesmo que sejam detentores de inúmeras diferenças

em ambos os sexos representa-se o mesmo drama da carne do espírito, da finalidade e da transcendência; ambos são corroídos pelo tempo, vigiados pela morte; têm a mesma necessidade essencial do outro; podem tirar de sua liberdade a mesma glória; se soubessem apreciá-la não seriam mais tentados a disputar privilégios falazes; e a fraternidade poderia então nascer entre ambos. (BEUAVOIR, 1980, p. 497)

Deste modo, homens e mulheres precisam ser ver como dotados de semelhanças e diferenças, entender que a existência dessas semelhanças e diferenças, os coloca como pertencentes à humanidade, e logo devem ao longo da vida existir projetando uma essência e buscar sim a igualdade de direitos e deveres de gêneros, para que assim, enfim, as mulheres

possam, como um todo, que necessita um do outro, desfrutar da real liberdade/existência de serem pertencentes à mesma humanidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Tradução de Sérgio Milliet. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. Tradução de Sérgio Milliet. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- SARTRE, Jean Paul. **O ser e o nada** - ensaio de ontologia fenomenológica. Tradução de Paulo Perdigo. 12^a.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. pp. 92-115.
- _____. **O Existencialismo é um humanismo**. A Imaginação: Questão de método. Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha. Traduções de Rita Correia Guedes, Luiz Roberto Salinas, Bento Prado Júnior. – 3. ed. – São Paulo: Nova Cultura, 1987.
- NYE, Andrea. **Teoria Feminista e as Filosofias do Homem**. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1995.
- VIANNA, Claudia; FINCO, Daniela. **Meninas e meninos na Educação Infantil: uma questão de gênero e poder**. *Cad. Pagu* [online]. n.º.33. pp.265-283. Campinas July/Dec. 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332009000200010>>. Acesso em: 04 mar. 2017.
- MARTINS, Priscila de Oliveira; TRINDADE, Zeide Araújo and ALMEIDA, Ângela Maria de Oliveira. **O Ter e o Ser: Representações Sociais da Adolescência entre Adolescentes de Inserção Urbana e Rural**. *Psicol. Reflex. Crit.* [online]. 2003, vol.16, n.3, pp.555-568. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722003000300014>>. Acesso em: 05 mar. 2017.
- LE BRETON, David. **Escarificações na adolescência: uma abordagem antropológica**. *Horiz. antropol.* [online]. 2010, vol.16, n.33, pp.25-40. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832010000100003>>. Acesso em: 19 fev. 2017.
- TAQUETTE, Stella R., VILHENA, Marília Melo de. **UMA CONTRIBUIÇÃO AO ENTENDIMENTO DA INICIAÇÃO SEXUAL FEMININA NA ADOLESCÊNCIA**. *Psicol. estud.* [online]. 2008, vol.13, n.1, pp.105-114. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722008000100013>>. Acesso em: 20 fev. 2017.
- BELO, Isolda. **Velhice e Mulher: vulnerabilidade e conquistas**. *Revista Feminismos* [online]. Vol.1, N.3. 2013. Disponível em <<http://www.feminismos.neim.ufba.br/index.php/revista/article/viewFile/84/82>>. Acesso em: 20 fev. 2017.
- SÍNTESE de indicadores sociais: uma análise da condição de vida da população brasileira**. Coordenação de População e Indicadores Sociais. – Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

MONTEIRO, Ester. **Lugar de mulher também é na política.** *Agência Senado* [online]. 2016. Em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/03/08/lugar-de-mulher-tambem-e-na-politica>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

ANDRADE, Tânia. **MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO: ONDE NASCE A DESIGUALDADE?**. *Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados* [online]. 2016. p. 36. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/areas-da-conle/tema7/2016_12416_mulheres-no-mercado-de-trabalho_tania-andrade>. Acesso: 17 de jan. 2016.

MONTEIRO, André; LINHARES, Caroline; PINTO, Ana Estela de Sousa. **Candidatos homens recebem 30% mais verba que mulheres.** *Folha de São Paulo* [online] – São Paulo. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes-2016/2016/10/1818675-candidatos-homens-recebem-30-mais-verba-que-mulheres.shtml>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

FEMINICÍDIO. *Agência Patrícia Galvão* [online]. [2016?]. Disponível em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/feminicidio/>. Acesso em: 12 mar. 2017.

DADOS ELEITORAIS. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

BRASIL. Decreto nº 8.930, de 06 de setembro de 1994. Que dispõe sobre os crimes hediondos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8930.htm>. Acesso em: 17 fev. 2017.

BRASIL. Decreto nº 13.104, de 9 de março de 2015. Que prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, incluindo-o no rol de crimes hediondos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos2015-2018/2015/lei/L13104.htm>. Acesso em: 10 mar. 2017.

BRASIL. Decreto nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/atos2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: 10 fev. 2017.

BALANÇO 2015 DO DISQUE 180. *Agência Patrícia Galvão* [online]. 2016. Disponível em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/wp-content/uploads/2016/03/SPM_Ligue180_Balanco2015.pdf>. Acesso: 11 fev. 2017.

MENA, Fernanda. **Um terço dos brasileiros culpa mulheres por estupros sofridos.** *Folha de São Paulo* [online]. São Paulo. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/09/1815301-um-terco-dos-brasileiros-culpa-mulheres-por-estupros-sofridos.shtml>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

CASA DA MULHER BRASILEIRA: Espaço integrado e humanizado de atendimento às mulheres em situação de violência. Elaboração e distribuição: *Secretaria de Políticas para as Mulheres Presidência da República* [Online]. 2015. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/cmb>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

Quem é Maria da Penha Maia Fernandes. *Ministério Público de Santa Catarina* [online]. 2012. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/quem-e-maria-da-penha-maia-fernandes/>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

MEU CORPO NÃO É SEU: DESVENDANDO A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER. Think Olga. Breve Companhia/Ensaio. Companhia das Letras. 2014. Kindle Version.

PAIXÃO, Omar. **O que acontece no corpo das meninas durante a adolescência?.** *Revista Saúde* [online]. 2016. Disponível em: <<http://saude.abril.com.br/bem-estar/o-que-acontece-no-corpo-das-meninas-durante-a-adolescencia/>>. Acesso em: 16 mar. 2017.